

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RIVALIDADE E INÍCIO DA COOPERAÇÃO BRASIL-ARGENTINA NA ÁREA NUCLEAR (1970-1980)

*Ana Paula da SILVA **

O trabalho visa analisar a diferente política externa exercida por Brasil e Argentina ao longo dos governos militares das décadas de 1970 e 1980. O primeiro momento foi marcado por uma atitude de rivalidade e confronto estratégico, haja vista que ambos buscavam uma projeção individual dentro no cenário regional. Entretanto, as transformações políticas no cenário interno e externo de cada país, especialmente a partir da década de 1980, foram responsáveis por uma revisão da postura de rivalidade adotada até aquele momento. A partir de então, uma nova política externa foi exercida entre Brasil e Argentina, que passaram a exercer uma política bilateral pautada nos critérios de cooperação e não mais rivalidade.

No caso brasileiro, o regime militar instaurado com o Golpe de 1964 consolidou-se gradativamente e obteve maior homogeneidade política, com um crescente nacionalismo que visava interdependência militar, política e econômica. Enquanto isso, a Argentina, cujos militares chegaram ao poder em 1966, baseou sua política nas fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional, visando uma aproximação com os Estados Unidos, com o objetivo de tornar-se seu aliado dentro da América Latina. Assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970, as relações entre os dois países encontravam-se deterioradas em virtude de um permanente clima de competição geopolítica e de desconfiança mútua à medida que cada um dos regimes políticos buscava consolidar um papel de influência regional.

Assim, sob a ótica da desconfiança mútua, as relações diplomáticas deterioraram-se de vez a partir de 1973, em virtude da assinatura, entre Brasil e Paraguai, do Tratado de Itaipu, que previa a construção de uma usina binacional utilizando os recursos hídricos do rio Paraná. A reação argentina ao acordo foi imediata, pois o governo sabia que tal usina representaria uma alteração no volume hídrico do rio e colocava em risco projetos argentinos de natureza semelhante. A iniciativa brasileira foi percebida como ameaça, exigindo que se realizassem consultas prévias antes do início das obras, o que foi rejeitado pelo Brasil.

* Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Graduada e Mestranda em História.

Embora Ernesto Geisel tenha procurado estreitar as relações do Brasil com os países vizinhos, devido à nova realidade mundial e regional, a Argentina teve de enfrentar um delicado momento político, conhecido como Processo de Reorganização Nacional, e não se dispôs a dialogar com o governo brasileiro no período de 1974 a 1979. Mas logo a política externa de Rafael Videla, voltada para as tradicionais premissas do nacionalismo territorial, provocou indisposições com o Chile referente à posse do Canal de Beagle, e então a rivalidade geopolítica com o Brasil perdeu a centralidade e o governo argentino decidiu resolver a questão de Itaipu.

Após consultas iniciais, em 19 de outubro de 1979, Brasil (cujo presidente era o general João Baptista Figueiredo), Paraguai e Argentina assinaram o Acordo Tripartite, que possibilitou o início da superação das rivalidades entre os dois países, abrindo uma nova fase nas suas relações. A solução do conflito diplomático e geopolítico colocou as relações políticas sob o signo da normalidade, o que em última análise favoreceu a retomada da cooperação bilateral no começo da década de 1980.

Finalmente, em 17 de maio de 1980, representantes de Brasília e de Buenos Aires assinaram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos usos Pacíficos da Energia Nuclear, documento pelo qual concordavam, entre outras coisas, que os dois países cooperariam para o desenvolvimento e a aplicação dos usos pacíficos da energia nuclear, de acordo com as necessidades e prioridades de seus respectivos programas nucleares nacionais e levando em conta os compromissos internacionais assumidos por ambos.

Desta forma, o Acordo de 1980 pode ser entendido dentro de um novo contexto político das relações entre Brasil e Argentina, marcou o surgimento de uma nova etapa em suas relações bilaterais e evidenciou uma nova postura e proposta estratégica e geopolítica, opções condicionadas e vinculadas às novas condições políticas e econômicas nacionais e regionais daquele momento.

Bibliografia:

FAUSTO, Boris. DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro.** Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1998.